

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1777618 - DF
(2018/0291551-7)**

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
EMBARGANTE : WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVICOS LTDA
- ME
ADVOGADOS : NERYLTON THIAGO LOPES PEREIRA E OUTRO(S) -
DF024749
PABLO ALVES PRADO - DF043164
EMBARGADO : DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO
FEDERAL
ADVOGADO : GLADSON ROGÉRIO DE OLIVEIRA MIRANDA E
OUTRO(S) - DF021614

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado, a teor do disposto no art. 1.022 do CPC/2015.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso integrativo, porquanto o(s) vício(s) alegado(s) pelo(a) embargante, na realidade, manifesta(m) seu inconformismo com o desfecho do recurso anterior, desiderato inadmissível em sede de aclaratórios.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 18 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria
Relator